

**Processo:** 1698/2026

**Interessado:** Agência de Meio Ambiente, Cultura e Turismo- AMATUR.

**Assunto:** Contratação de serviços de segurança desarmada para atender às necessidades da Agência Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura.

**Valor Estimado:** R\$ 243.200,00 (duzentos e quarenta três mil e duzentos reais).

## **PARECER CONTROLE INTERNO**

### **Dos Fatos:**

Trata-se de procedimento encaminhado a esta Controladoria Geral do Município para parecer acerca da contratação de serviços de estruturação de eventos, para atender as necessidades da Agência de Meio Ambiente, Cultura e Turismo - AMATUR, conforme o Termo de Referência anexo.

O Município de Itaberaí, por meio da AMATUR, promove anualmente uma série de eventos culturais com o objetivo de valorizar a cultura local, fomentar o turismo e estimular a integração da população. Para garantir a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos – incluindo o público, os artistas e os organizadores - é indispensável contar com a presença de uma equipe de segurança desarmada durante a realização dos eventos, assegurando um ambiente tranquilo e ordenado.

O calendário cultural de 2026 prevê a realização de uma variedade de eventos públicos ao longo do ano, como apresentações artísticas, shows musicais, exposições, feiras, festivais e outros encontros culturais. Esses eventos, que ocorrerão em diferentes espaços públicos, são projetados para atrair um público diversificado, composto por famílias, turistas e membros da comunidade local.

É o sucinto relatório.

### **Da Fundamentação:**

Na qualidade de responsável pela Controladoria Geral do Município de Itaberaí–GO, em conformidade com o previsto no art. 74, inciso II da Constituição da República, Lei Municipal nº 1.226/2013, e Instrução Normativa 08/2021 do Tribunal de Contas dos



**Controladoria Geral**

Municípios e de acordo com a Nova Lei Federal nº 14.133/21 cabe a esta Controladoria uma atuação na fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Por se tratar, consequentemente de realização de despesas no referido procedimento de Licitação, resta configurado a competência do Controle Interno para análise da presente manifestação, o que passaremos a fazer.

Em linhas gerais, para que a Administração Pública celebre contrato administrativo com a iniciativa privada, há a necessidade de prévia licitação, a qual foi modernamente consagrada na Constituição Federal, no artigo 37, XXI, que diz:

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*... XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Com tais premissas, depreende-se que a exigência de licitação prévia para as contratações da Administração Pública, em suas diversas modalidades, decorre da presunção constitucional de que este seria o meio hábil a assegurar a maior vantagem possível à Administração Pública, segundo seus princípios norteadores, assegurando, assim, que a supremacia do interesse público foi atendida neste certame.

#### **Da Análise Documental:**



**Controladoria Geral**

Praça Balduino da Silva Caldas, Centro - Centro - CEP: 76.630-000 - Itaberaí-GO  
**Telefone:** 0800 375 1321 - **e-mail:** controleinterno@itaberaí.go.gov.br

### **Da Análise Documental:**

Foram analisados, conforme a Instrução Normativa do TCM-GO, os documentos exigidos para a formalização e apresentação dos procedimentos licitatórios, contratos e aditivos, constantes dos autos, a saber:


- I. consta Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 09/2026;
- II. consta Estudo Técnico Preliminar 10/2026;
- III. consta Pedidos de Compras /Serviços nº 73.012;
- IV. consta Mapa de Cotação nº 37.450;
- V. consta Termo de Referência nº 93/2026;
- VI. consta Despacho do Presidente da Agência Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura;
- VII. consta Matriz de Gerenciamento de Riscos nº 61/2026;
- VIII. consta Declaração de Estimativa de Preço Médio realizada pelo Departamento Geral de Compras;
- IX. consta Declaração de Dotação Orçamentária;
- X. consta Minuta do Contrato.

### **Conclusão:**

Ante o exposto, esta Controladoria Geral do Município, entende que os autos estão dentro formalidade legais na fase inicial, opinando pela **REGULARIDADE** do procedimento até o presente momento, podendo dar prosseguimento às fases posteriores.

Cumpre destacar que esta Controladoria não compete adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos.

Controladoria Geral do Município, em 15 de abril de 2026.



**Eliseu José Braz – Cel R/R**  
Controlador Geral do Município  
Decreto nº 011/2025